

O Arquivo escolar como fonte histórica de informação: o caso do Colégio Estadual Barros Barreto – Salvador/Bahia

Leidiane Rodrigues de Oliveira

Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9893-4551>
leidirodrigues84@hotmail.com

Bruna Lessa

Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil
<http://orcid.org/0000-0003-4485-203X>
lessbruna@gmail.com

Resumo

Instituições escolares produzem diversos documentos com valores probatórios, o que caracteriza a importância da conservação e preservação de seus acervos documentais e sua potencialidade enquanto fontes de informação histórica. Este trabalho parte da problemática sobre o tratamento documental dos arquivos das escolas públicas e sua importância histórica, institucional e cultural para construção da memória coletiva. Tem como objetivo associar as atividades disciplinares do profissional arquivista a uma percepção social e cultural presente nos documentos escolares, de forma conjunta e estruturada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e o método de investigação adotado foi o estudo de caso no Colégio Estadual Barros Barreto, localizado em Salvador/Bahia. O caminho metodológico seguiu com coleta de dados, utilizando a técnica de observação direta intensiva e uma entrevista não estruturada. Os resultados apontaram para a demanda de implementação de uma política de arquivo que atenda às necessidades da instituição, por meio da adequação do Arquivo em todas as normas regulamentadoras e recomendações exigidas que viabilizem o exercício do trabalho, e possível disseminação da memória coletiva escolar. Conclui-se que a compreensão sobre o Arquivo escolar enquanto fonte histórica de informação acende a reflexão sobre novas interpretações acerca do documento arquivístico, que incluem a preeminência de um diálogo interdisciplinar que emerge tanto das teorias e técnicas utilizadas para o tratamento, organização, gestão e disseminação destes documentos quanto nas investigações presentes nas Humanidades sobre possíveis investigações históricas a partir do acesso a estas fontes primárias de informação presentes nos arquivos de comunidades escolares.

Palavras-chave

Arquivo escolar. Fonte de informação. Gestão documental. Memória.

The school archive as a historical source of information: the case of High School Barros Barreto – Salvador/Bahia - Brazil

Abstract

School institutions produce several documents with evidential values, which characterizes the importance of conservation and preservation of their document collections, and their potential as sources of historical information. This work starts from the problematic about the documental treatment of the archives of the public schools and its historical, institutional and cultural importance for the construction of the collective memory. Its objective is to associate the disciplinary activities of the professional archivist with a social and cultural perception present in school documents, in a joint and structured way. This is qualitative research and the investigation method adopted was the case study at High School Barros Barreto, located in Salvador/Bahia – Brazil. The methodological path followed with data collection using the direct observation technique and a semi-structured interview. The results pointed to the implementation of an archive policy that meets the institution's needs, through the adequacy of the Archive in all regulatory norms and required recommendations that enable the exercise of work, and possible dissemination of collective school memory. It is concluded that the understanding of the school archive as a historical source of information sparks reflection on new interpretations of the archival document. One can see the pre-eminence of an interdisciplinary

	dialogue that emerges both from the theories and techniques used for the treatment, organization, management and dissemination of these documents, as well as from the investigations present in the Humanities on possible historical investigations based on access to these primary sources of information present. in the archives of school communities.	
Keywords	<i>School archive. Source of information. Document management. Collective memory.</i>	
	Licença de Atribuição BY do Creative Commons https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/	Submetido em 28/08/2021 Aprovado em 27/10/2021 Publicado em 02/03 /2022

1 INTRODUÇÃO

Os documentos de Arquivos escolares possuem valor existencial configurado por meio das trocas de compromissos entre a sociedade e o cidadão. Essa documentação é produzida e seus valores probatórios se dão desde a fundação da unidade, escola ou instituição, seja pública ou privada, retratando a memória e a história de toda a comunidade que ali pertenceu em diversos momentos.

Após anos de trabalho realizado pela comunidade escolar, buscando desenvolver cultura e educação, por meio da produção e do despertar do protagonismo de sujeitos, é natural que uma instituição de ensino possua um acervo documental amplo e rico de informações. A partir desta premissa, surge a motivação que justifica a necessidade de compreender, analisar e compartilhar, por intermédio do presente trabalho, a compreensão do Arquivo escolar como fonte de informação histórica. Este estudo envolve a possibilidade de refletir como as memórias e histórias de uma comunidade escolar estão sendo cultivadas, quais as formas de gestão aplicadas no tratamento documental e, sobretudo, estimular a necessidade de o arquivista atuar em unidades públicas de ensino, a fim de fomentar a importância da Arquivologia na sociedade como um todo.

Este estudo, resultado de pesquisa realizada em nível de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Arquivologia, relaciona também o exercício prático do conhecimento e aprendizado adquiridos no ambiente acadêmico à disposição da sociedade. A problemática deste estudo contempla o tratamento documental dos Arquivos nas escolas públicas e sua importância histórica, institucional e cultural para construção da memória coletiva. Tem como objetivo associar as funções arquivísticas, fundamentais para o serviço nos Arquivos, a uma percepção social e cultural presente nos documentos escolares, de forma a caracterizar os Arquivos escolares como fontes de informação histórica, tendo como resultado de sua organização o registro de experiências coletivas e/ou individuais.

Afinal, quais as provas que se tem referentes a acontecimentos históricos e culturais da comunidade escolar local? Para isso, traçaram-se objetivos específicos de modo a apresentar melhor a delimitação do tema e os resultados desta pesquisa: identificar áreas para intervenção no

fundo documental escolar; apresentar procedimentos básicos para organização do Arquivo escolar; e refletir sobre a disseminação da memória escolar.

Desenvolveu-se, portanto, um estudo de caso no Colégio Estadual Barros Barreto (CEBB), unidade de ensino público, localizada em Salvador, Bahia, Brasil, fundado em 1950, escolhido por seu valor histórico como a primeira escola de nível médio no Subúrbio Ferroviário do Município de Salvador, bem como a importância de fontes históricas presentes no seu arquivo, quando personalidades soteropolitanas fizeram parte daquele ambiente educacional e, também, ter sido local de formação elementar de uma das autoras desta pesquisa.

Justifica-se esta pesquisa pela necessidade de desdobramentos das discussões sobre a inserção da Arquivologia no âmbito escolar, relacionada à ideia das autoras sobre a caracterização de Arquivos escolares como fontes de informação histórica, contribuindo com a educação pública por meio da disseminação da cultura e memória local. As análises baseadas na observação direta intensiva do Arquivo do CEBB e de entrevista com a Direção do Colégio, possibilitaram identificar a necessidade de intervenções, aplicações técnicas e teóricas da Arquivologia para evidenciar o potencial como fonte histórica de seu acervo arquivístico, e torná-lo também instrumento de mediação da cultura e história da comunidade a que serve.

Para além das discussões suscitadas e representadas pelo estudo de caso em objeto, abre-se precedentes para pesquisas que delineiam investigações, não apenas sobre o caráter histórico e memorialístico dos documentos escolares, mas, procedimentos pedagógicos, e também excepcionais que emergem de seus produtores e/ou vozes presentes nos significados das linguagens identificadas, a fim de reproduzir histórias que configuram a identidade local. Nas seções a seguir, uma revisão sobre temáticas voltadas para os Arquivos escolares e suas possíveis contribuições para a sociedade.

2 A MEMÓRIA COLETIVA PRESENTE NOS ARQUIVOS ESCOLARES

No contexto arquivístico, pensar a preservação como uma ação preventiva aplicada, e de cuidado, a fim de garantir a conservação e o estado inicial de objeto e/ou documento, configura-se como uma iniciativa, de gestão e política. Esta ação, visa garantir integridade e vivificar a memória, por meio de técnicas especializadas, possibilitando também seu acesso e uso, contribuindo para a mediação da informação registrada, independente do suporte.

Sobre a ligação harmoniosa entre história e memória, Merlo e Konrad (2015) dizem que,

A História é tudo o que nos rodeia sobre os acontecimentos passados. Assim como o presente e o futuro também serão história. Toda história, seja transmitida pela escrita, ou

mesmo pela oralidade, ao ser interpretada permite ao sujeito algum tipo de subjetividade em sua interpretação (MERLO; KONRAD, 2015, p. 33).

Em relação aos registros, o suporte em papel, ainda, é um dos meios mais comuns para veicular informação e realizar redação de documentos importantes. A reunião de suportes com informações registradas e sua forma de apresentação é denominada de acervo ou conjunto de coleções. Como exemplos de tipos de documentos em acervos, têm-se os documentos arquivísticos, textuais, iconográficos, audiovisuais, entre outros (BELLOTTO, 1989).

Sommer e Karawejczyk (2012) publicaram um trabalho voltado para a educação patrimonial e preservação de acervo com enfoque no suporte de papel. Em suas abordagens, as autoras trazem a importância de preservar com a seguinte observação,

Cada instituição que procura preservar parte da nossa história possui suas características próprias, servindo a um determinado público, mas como já salientamos em quase todas elas se encontra, no seu acervo, algum tipo de material cujo suporte principal é o papel (SOMMER; KARAWEJCZYK, 2012, p. 1263).

A preservação de acervo e suas aplicações técnicas são imprescindíveis para inibir a ação de fatores externos diretamente nos suportes, visto que, os fatores ambientais, ainda, são os principais causadores de danos aos documentos de arquivos, atrelados a estes, existem o vandalismo e desastres naturais. São diversos os agentes que contribuem para as alterações e mudanças em suas características, dentre eles, químicos, físicos e biológicos (CASSARES; MOI, 2000).

A palavra preservação é definida no Dicionário de Terminologia Arquivística como: “Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 135). É necessário enxergar os Arquivos como patrimônio que trazem, em sua existência, uma variedade de significados, significantes, histórias, memórias (individuais e coletivas) de instituições e comunidades. Portanto, requer uma atenção ao cuidado coletivo, que envolve desde o usuário, quando realiza consultas, ao profissional arquivista, no tratamento, gestão e organização, bem como funcionários responsáveis pela limpeza e higienização do ambiente em um Arquivo.

Sommer e Karawejczyk (2012) discutem sobre o documento arquivístico, ressaltando a necessidade de preservação em relação à validade histórica e probatória dentro de uma sociedade organizada. As seguintes palavras são determinantes para elucidar o tema, quando as autoras afirmam: “Considerando que o patrimônio é uma evidência tanto material quanto imaterial de

nossa cultura, os acervos que possuem esse tipo de material representam uma grande parte da expressão da produção humana” (SOMMER; KARAWAJCZYK, 2012, p. 1262).

Ao considerar o patrimônio também como uma representação histórica e social, seja na dimensão imaterial, a exemplo das manifestações da cultura popular e os locais de expressão popular, ou material, para os testemunhos de natureza física do passado, o que dizer sobre os documentos de Arquivos escolares? O entendimento necessário sobre os Arquivos escolares articulados à memória social e coletiva não poderia ser diferente. A memória social é um conjunto de registros históricos sob a ótica de vários indivíduos que, por conseguinte, passa por transformações ao longo do tempo de acordo com os interesses de cada sujeito que nela se apossa. Logo, as constatações históricas não serão precisamente iguais às da memória de um coletivo, a "[...] história é única; as memórias são múltiplas [...]" (SÁ, 2015, p. 263).

Há certa urgência, tanto dos setores públicos quanto privados, em direcionar o olhar para a documentação de Arquivo também como patrimônio cultural. Em pesquisa sobre as potencialidades de um Arquivo escolar,

A história não poderia ser escrita se não existisse um conjunto de provas e testemunhos em que os documentos, sem dúvida alguma, ocupam um lugar importante para a instituição, e, sobretudo, para a sociedade que o utiliza como fins de pesquisa (CARDOSO; OLIVEIRA, 2017, p. 292).

No contexto escolar, os documentos de arquivo, como materialização de memórias individuais, constroem relações entre gerações passadas, do presente e futuro, possibilitando representar, socialmente, os sujeitos que fizeram e fazem parte da história de determinada comunidade. Esta característica orgânica, presente nos documentos de arquivo, contribui para a construção de uma identidade cultural e, conseqüentemente, da memória coletiva, ou, ainda, conforme Pelegrini (2006, p. 117), da “[...] construção do *ethos* cultural e de sua cidadania [...]”.

As relações constituídas a partir da identificação e análise de documentos oriundos de uma instituição escolar manifestam-se, portanto, como fontes de informação com características históricas, modeladas a partir de registros de linguagens, de encontros e de ações, que asseguram a memória social e coletiva das narrativas que assentam a comunidade escolar.

2.1 O ARQUIVO ESCOLAR COMO FONTE DE INFORMAÇÃO HISTÓRICA

O conjunto de ações realizadas na sociedade civil de direito são controladas de forma cronológica e determinada através do tempo. Desde o nascimento até o final da vida, a pessoa humana possui registros que comprovam sua existência. Esses registros compõem sua

documentação histórica, um legado documental individual de suas contribuições para a comunidade em que está inserido. Esta documentação pode ser compreendida como fonte histórica, caso seja registrada, coadunando-se com que diz Barros:

“Fonte Histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural (BARROS, 2019, p. 1).

As sucessões de ocorrências vivenciadas de um sujeito, caso não sejam registradas em suporte, estará presente, apenas na memória dos indivíduos participantes no tempo cronológico, que tiveram alguma influência no momento do acontecimento, ou ainda, perpetuada na oralidade, a qual, se não for registrada, poderá se perder em algum momento.

Constata-se que a infância de um sujeito é composta por descobertas e diversos aprendizados, os quais são sucedidos pela necessidade de alfabetização. Os anos iniciais da pré-escola, por exemplo, é um período caracterizado pelo estímulo da criatividade por meio de planos e recursos pedagógicos, compostos por atividades de cunho didático desenvolvidos por profissionais da Educação, as quais promovem descobertas orientadoras da formação de crianças enquanto sujeitos sociais, com consciência cidadã e inteligência emocional. Tais atividades geram documentos produzidos por professores, estudantes, enfim, toda comunidade de dentro e fora da escola, concebendo fontes de informação que subsidiam a memória e a cultura do ensino aplicado em diferentes períodos.

Mogarro realizou um trabalho voltado para a análise dos Arquivos escolares em Portugal, no qual trata da situação dos arquivos, a natureza dos documentos e sua contribuição para a construção da memória educativa. No desenvolvimento, a autora traz a seguinte afirmação,

O arquivo escolar garante, em cada instituição, a unidade, a coerência e a consistência que as memórias individuais sobre a escola, ou os objectos isolados por ela produzidos e utilizados, não podem conferir, por si sós, à memória e identidade que hoje se torna fundamental construir (MOGARRO, 2005, p. 111).

Cada documento produzido numa unidade escolar é, potencialmente, único, o que retrata, exatamente, a realidade daquele ambiente. Em nível de pesquisa, tal como estudo social, que tem por objetivo quantificar a evasão escolar e possíveis vulnerabilidades, o levantamento de dados obtidos por meio da identificação e análise dos documentos produzidos e recebidos nas escolas é

um caminho para obtenção dos resultados. A categorização de tais fontes, pode ser entendida como primária (CUNHA, 2016), uma vez que, tratam de informações originais, não adulteradas, por vezes, o registro inicial de acontecimentos, fenômenos, ações individuais e/ou coletivas, a exemplo de atas, correspondências, fotografias, históricos de estudantes, registros de admissão de funcionários, ou mesmo, obras de arte e artefatos científicos desenvolvidas no âmbito do ensino e da aprendizagem.

Os estudos realizados sobre a temática deste trabalho, voltados para a observação, intervenção e outras ações em Arquivos escolares, cita-se, dentre outros identificados, o artigo “O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história”, escrito por Menezes, Silva e Teixeira Júnior (2005). No texto, a fim de fomentar e articular possibilidades para a disseminação dos conteúdos de Arquivos escolares, a autoria conjunta contribui elucidando o trabalho compartilhado de instituições culturais como Biblioteca, Arquivo e Museu:

O arquivo histórico da escola pode representar uma contribuição de alto valor científico e cultural para a história da educação, a história social, e pode, ainda, ser interligado a outros lugares de memória, como a biblioteca e o museu, que nesta soma constituem o centro de documentação escolar (MENEZES; SILVA; TEIXEIRA JÚNIOR, 2005, p. 75).

No artigo supracitado, há ainda considerações teóricas com a prática da organização documental voltada para o ambiente escolar, evidenciando um estudo de caso em que é possível comprovar o que pode acontecer aos documentos acondicionados de forma não recomendada. Com base na análise realizada, entende-se que a história de um Arquivo escolar não se resume à estrutura em si, mas às etapas vividas que determinaram o valor histórico de sua construção.

A pesquisa “Uma abordagem da história das instituições educacionais: a importância do arquivo escolar”, de Maria Aparecida Franco Pereira (2007), realizada no Liceu Feminino Santista, retoma a imagem histórica e memorialista da instituição em análise por intermédio da avaliação documental pertencente ao Arquivo. No desenvolvimento do artigo, a autora afirma que

As escolas, para encontrarem a sua verdadeira identidade, devem se transformar em centro de investigação, buscando as suas soluções próprias, contextualizando todas as suas dimensões, interagindo social e comunitariamente (PEREIRA, 2007, p. 88).

A pesquisadora ressalta, ainda, a necessidade de aproximação da escola com a comunidade, por meio de ações de difusão da memória histórica do Arquivo escolar. Portanto, não se pode ver o Arquivo escolar sob uma perspectiva custodial, limitando-se à concepção do documento enquanto objeto de valor apenas material, ou mesmo, o local onde é realizado o “acúmulo” de materiais impressos que possuem vida útil de acordo com a necessidade de um contexto social e/ou político,

mas, adotando-se a ideia do documento enquanto manifestação da pessoa humana a partir de fenômenos sociais e culturais.

Menezes, Silva e Teixeira Júnior (2005), ainda em estudos sobre o potencial dos Arquivos escolares, discutem a seguinte ideia,

Quanto à denominação “documento histórico”, ela não é dada somente por sua data ou idade avançada, mas principalmente pela importância de suas informações, podendo um documento ser criado hoje e já ter valor histórico. Cabe então atentar para toda produção documental escolar e à sua guarda em arquivos (MENEZES; SILVA; TEIXEIRA JÚNIOR, 2005, p. 75).

Ressaltar as possibilidades que os documentos produzidos no ambiente escolar podem contribuir para a história de uma instituição e comunidade é caminhar de mãos dadas com o exercício da Arquivologia em favor da construção da memória social e coletiva, ampliando os horizontes da cidadania. Para melhor exemplificar tal discussão, na próxima seção, é apresentado o contexto escolar que dá forma e caracteriza o estudo de caso desta pesquisa.

2.2 O COLÉGIO ESTADUAL BARROS BARRETO – SALVADOR/BAHIA

O Colégio Estadual Barros Barreto (CEBB), da rede pública de ensino, está localizado na Rua da Austrália, s/n, no bairro de Paripe, região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, na Bahia. Teve seu ato de criação oficial como escola de ensino médio apenas em 1981, porém sua fundação remonta à década de 1950. Em 1952, em terreno doado por João Martins da Silva, ao lotear a Fazenda Meireles, deu início ao povoado de Paripe, reservando uma área próxima à praia para ser a escola da localidade. A escola recebeu o nome de Barros Barreto em homenagem ao médico sanitário e professor, João de Barros Barreto, considerado, até os dias atuais, referência na área da Saúde (COLÉGIO ESTADUAL BARROS BARRETO, 2018).

Contudo, com o aumento da população no bairro, surgiu a necessidade de adequação à demanda local, ou seja, a criação de uma estrutura colegial que atendesse à comunidade, já que muitos estudantes eram obrigados a se deslocar para outros bairros da cidade para a continuação dos estudos. No ano de 2001, a escola que atendia ao ensino fundamental II, tornou-se o primeiro Colégio de ensino médio do Subúrbio Ferroviário, possibilitando a comunidade de estudantes dar sequência a formação no bairro de origem. O Colégio necessitou passar por algumas mudanças e reformas que garantissem o acesso e a execução das propostas pedagógicas necessárias à nova realidade da instituição (COLÉGIO ESTADUAL BARROS BARRETO, 2018).

Da mesma maneira que em toda instituição de ensino, o CEBB também possui metas preestabelecidas com o objetivo de desenvolver uma gestão plena e participativa. Os valores

definidos para exercício de suas atividades são: Inovação, Respeito pelo indivíduo e Criatividade. Como visão de futuro, tem-se a qualidade no ensino e busca pelo desenvolvimento da comunidade escolar por meio do conhecimento. Em relação à sua missão estão ressaltados:

- a) aquisição e propagação de novos saberes;
- b) desenvolvimento do aluno; e
- c) qualidade na prestação de serviço acadêmico (COLÉGIO ESTADUAL BARROS BARRETO, 2018).

Para que isso ocorra, é necessário que o plano estratégico esteja previamente traçado, viabilizando aquisição na excelência do desempenho, bem como elevação no índice das disciplinas consideradas críticas. O CEBB, por ser o primeiro Colégio de ensino médio do Subúrbio Ferroviário de Salvador/Ba (COLÉGIO ESTADUAL BARROS BARRETO, 2018), possui, em sua trajetória estrutural, diversos vestígios e registros históricos, contendo contribuições na formação da memória educacional, social e coletiva de toda comunidade escolar.

Na próxima seção, apresenta-se os caminhos metodológicos deste trabalho, seguindo ao diagnóstico e à proposta de organização do Arquivo do Colégio Estadual Barros Barreto, em Salvador/Bahia, objeto de investigação desta pesquisa.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois a interpretação dos dados coletados partiu da interpretação e análise das autoras, baseada na literatura revisada. O método de investigação adotado foi o estudo de caso, pois procuraram identificar os principais fatores de intervenção para o acervo, a fim de propor ações arquivísticas práticas, básicas para a organização do Arquivo do CEBB e, conseqüente, conservação e preservação de suas fontes históricas. Para Gerring,

Um estudo de caso é um estudo intensivo de um caso singular ou de um pequeno número de casos que se baseia em dados e promessas de elucidar uma população maior de casos. “Estudo de caso” e “estudo *C-pequeno*” são usados sinonimamente, uma vez que o pequeno número de casos define o gênero conhecido como pesquisa de estudo de caso (GERRING, 2019, p. 69).

Utilizou-se como técnica para coleta de dados, a observação direta intensiva que, conforme Marconi e Lakatos (2021), pode ser realizada por meio da observação e entrevista que, neste trabalho, foram delineadas em:

- a) observação sistemática realizada por meio de visitas no local, utilizando-se de anotações para relatório no período de abril a maio de 2021¹;

1 As visitas ao CEBB ocorreram dentro dos protocolos de controle de transmissão da COVID-19, sendo antecipadamente definida com a Direção da unidade escolar.

- b) entrevista não estruturada com o diretor e funcionários do CEBB, baseada nas temáticas relacionadas à pesquisa;
- c) registros fotográficos do local.

A observação foi realizada em caráter sistemático, com visitas esporádicas, estabelecendo-se critérios para coleta e análise dos dados, bem como a realização da entrevista não estruturada, que se caracterizou como não dirigida, uma vez que, teve como objetivo obter informações sobre a opinião do entrevistado acerca do assunto. Para King “[...] o alvo de qualquer entrevista na pesquisa qualitativa é verificar o assunto em questão sob o ponto de vista do entrevistado” (KING, 1995 apud LEITÃO, 2005, p. 54).

Essas ações foram realizadas a fim de estruturar um breve diagnóstico realizado *in loco*, abril a maio de 2021, auxiliados por um cronograma de acordo com as possibilidades de acesso ao Colégio, sobretudo, por conta da iminente pandemia de um novo coronavírus no período, e acompanhamento da Direção e dos funcionários, que elucidaram as dúvidas e questionamentos na entrevista realizada, registrada em termo de autorização de utilização das informações prestadas na entrevista, semiestruturada.

3.1 COLÉGIO ESTADUAL BARROS BARRETO: INTERVENÇÃO NO FUNDO DOCUMENTAL

Como visto ao longo da revisão de literatura, todas as tomadas de decisões dentro de uma instituição, órgão público e/ou empresa privada geram documentos, nos quais constam informações pertinentes às mais variadas atividades. Seja um relatório anual de desempenho, uma planta referente a áreas de perfuração de poços de petróleo ou um prontuário de atendimento médico. Documentos arquivísticos, especialmente na esfera pública, possuem características de valor agregado estipulado pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que pode ser histórico, probatório e informativo (BRASIL, 1991). Desse modo, as instituições escolares, objeto do presente estudo, também possuem papel determinante dentro da sociedade no que diz respeito à educação e formação de indivíduos por meio de suas atividades.

Para identificação de elementos para intervenção no fundo² documental, fez-se um breve diagnóstico, dando origem a um relatório com informações acerca do processo de investigação sobre um determinado objeto/sujeito. Neste caso, o CEBB, que foi possível por meio de visitas

² Segundo a definição na Norma para Gestão de Documentos Arquivísticos, da Universidade Federal da Bahia, elaborado por Aurora Leonor Freixo e Lídia Brandão Toutain, fundo é o “conjunto de documentos de uma mesma proveniência; termo que equivale a arquivo: também referido como núcleo” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2014, p. 24).

técnicas. O Arquivo ou espaço destinado à guarda dos documentos escolares do CEBB (Figura 1), está localizado em uma sala com apenas uma porta, conforme mostra a Figura 1 a seguir:

Figura 1 - Espaço onde os documentos estão armazenados no CEBB.



Fonte: Fotografia de Leidiane Rodrigues de Oliveira no Arquivo do CEBB (2021).

Detalhando a Figura 1, o Arquivo do CEBB está localizado em uma sala anexa ao pavilhão de aulas. O estado físico do ambiente inviabiliza a permanência de pessoas que desejam desenvolver atividades no espaço. Os documentos estão acondicionados em caixas tipo box e dispostos em prateleiras de madeira. As caixas contam com identificação, realizadas com caneta esferográfica que, aos poucos, perderam e/ou perdem a referência do conteúdo. A identificação das informações presentes nestas caixas, quando não foi identificada uma sequência lógica, demonstra uma carência de recursos e informações necessárias quanto à descrição arquivística, as quais estão relacionadas à utilização de vocabulário etimológico recomendado para a normalização de conceitos no momento de realizar a identificação dos documentos e a forma de acondicionamento.

O local não possui a ventilação adequada, dispondo apenas de uma pequena janela de madeira. O acervo é composto por documentos pessoais de estudantes, sendo o histórico escolar,

o documento mais acessado e solicitado no local. Destaca-se que os registros fotográficos realizados no CEBB durante o processo investigativo mostram a realidade atual do Arquivo escolar e, podem, no futuro, servir como fonte de informação para ressaltar a necessidade da gestão documental dentro da unidade. De acordo com Bencostta:

Imagem fotográfica apresenta-se como um testemunho visual e como representação que requer, pois, uma leitura específica. Como fonte de informação, recordação e até emoção, a imagem fotográfica associa-se à memória e introduz uma nova dimensão no conhecimento histórico (BENCOSTTA, 2011, p. 408).

A sala do Arquivo é coberta por telhas de cerâmica e forro de madeira. O local está passivo da ação de agentes biológicos, os quais podem comprometer a integridade dos documentos ali presentes, necessitando de intervenções físicas para a conservação do acervo. Sommer e Karawejczyk (2012), no trabalho intitulado “Conservar para não restaurar: noções práticas da educação para o patrimônio com ênfase no suporte em papel”, abordam os possíveis causadores de deterioração de um documento e, também, apresentam técnicas para conservar e/ou restaurar, dizendo que:

A conservação preventiva é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais. A conservação curativa é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (SOMMER; KARAWEJCZYK, 2012, p. 1269).

Estes conceitos ressaltam a quão necessária é a criação de políticas e de métodos voltados para a preservação, conservação e restauração de documentos escolares, configurando-se como uma ação que possibilitará a resistência da memória e cultura da comunidade escolar.

Durante visita ao local, houve apresentação de uma funcionária pelo Diretor do Colégio, responsável pelas tratativas da documentação presente no Arquivo. Em entrevista, eles relataram que, o acervo é composto por diversos documentos, a exemplo de informações sobre alunos que vão desde a década de 1970 até os dias atuais. Ressalta-se que, a funcionária supracitada não possui graduação em Arquivologia e vem atuando no quadro funcional da instituição há alguns anos.

A seguir, apresenta-se algumas contribuições, a partir das informações adquiridas na observação e entrevista, de forma a potencializar a organização do Arquivo do Colégio Estadual Barros Barreto, importante instrumento social, caracterizado nesta pesquisa como fonte histórica.

3.2 ARQUIVO DO COLÉGIO ESTADUAL BARROS BARRETO: PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO ENQUANTO FONTE DE INFORMAÇÃO HISTÓRICA

Os procedimentos realizados em Arquivos têm como fundamento a gestão de documentos que envolve “[...] operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991). Tais operações estão intrinsecamente ligadas às funções arquivísticas, que para Rousseau e Couture (1998, p. 265) devem cobrir “[...] o conjunto dos princípios, dos métodos e das operações que se aplicam à organização e ao tratamento dos arquivos [...]”, e que para os autores citados são sete: criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos.

Tratar a documentação como prioridade na gestão interna de uma organização é colaborar para a difusão da informação. No âmbito escolar, os documentos produzidos retratam o percurso laboral e de aprendizagem das pessoas que fazem e fizeram parte da comunidade da escola, e a observância desse potencial histórico associado às práticas arquivísticas, potencializa o papel do Arquivo na sociedade, um organismo vivo, que representa a memória da instituição.

Inicialmente, vê-se a necessidade de adequação do CE³ para a realidade do que é um Arquivo e, com isso, viabilizar a possibilidade de exercício e execução das atividades laborais, que deverão ser realizadas pelos colaboradores por meio da **adequação de normas regulamentadoras**. A Norma Regulamentadora (NR) de número 17, estabelecida e fiscalizada pelo Ministério do Trabalho (MT), tem como objetivo: “Estabelecer as diretrizes e os requisitos que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente” (BRASIL, 1978, p. 1). Convém, legalmente, tornar o local propício para o armazenamento e gestão de documentos, bem como facilitar o acesso e a permanência de profissionais no ambiente.

Quando envolve questões trabalhistas é imprescindível seguir as exigências e recomendações das normas, visto que, os ambientes laborais são passivos de inspeções, fiscalizações e notificações pelo MT. Afinal, há um padrão mínimo estrutural necessário utilizado como referência para o bom desempenho de atividades, que visam garantir a integridade do colaborador. A exemplo, tem-se o item 17.5.3 da NR 17, que trata das condições ambientais de trabalho. A redação informa que, “Em todos os locais de trabalho deve haver iluminação adequada, natural ou artificial, geral ou suplementar, apropriada à natureza da atividade” (BRASIL, 1978, p. 4).

Destaca-se ainda, o quadro profissional para atendimento às necessidades do usuário do Arquivo, que envolve estruturar os **recursos humanos** com capacitação e treinamento. O primeiro

³ As palavras destacadas em negrito ao longo desta seção dão ênfase aos principais elementos que, conforme o diagnóstico realizado, precisam ser considerados para a organização do acervo em estudo de caso.

passo seria a conscientização dos colaboradores para a importância do setor e sua representação dentro da instituição. De acordo com Silva, “A Arquivologia é uma construção social, produto de pensamentos. É uma construção profissional, técnica, científica, prática e teórica, da qual todos somos atores. E essa construção se dá pela construção do conhecimento próprio da área” (SILVA, 2006, p. 29). É imprescindível a mobilização funcional. Essa capacitação do quadro funcional se dará por orientação e treinamentos voltados para o público alvo do local, dentre eles, professores e funcionários do CEBB. A intenção é que possam compreender a importância da documentação, sua preservação e necessidade da existência de um espaço específico voltados para a gestão documental, desde o seu nascimento até a fase final que seria o recolhimento ou eliminação.

Posteriormente à equiparação do ambiente e capacitação pessoal com os métodos recomendados pelo MT, faz-se necessário adentrar ao processo de gestão documental, que “[...] abrange os procedimentos de produção, seleção, organização, controle, armazenamento, conservação, acesso, disseminação e destinação de documentos” (VALENTIM, 2012, p. 18). Tal processo está diretamente relacionado à função arquivística de **avaliação documental**, atividade essencial para identificação do ciclo de vida dos documentos (corrente, intermediário e permanente), possibilitando analisar a finalidade de uso, e o valor primário e secundário do documento para o contexto escolar, por exemplo, observando-se seu valor primário enquanto prova administrativa, ou seu valor secundário enquanto documento informativo sobre a comunidade escolar (SCHELLENBERG, 2005).

Com a identificação e triagem da massa documental, os próximos passos seriam realizar a classificação, arranjo e descrição dos documentos. Procedimentos, que visam à organização para a recuperação da informação de forma dinâmica e objetiva, seguindo-se as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

O Arquivo Nacional do Brasil em apresentação correspondente à tabela de temporalidade⁴ utilizada como referência na gestão e destinação de documentos na administração pública expõe que:

O controle sobre a produção documental e a racionalização de seu fluxo, por meio da aplicação de modernas técnicas e recursos tecnológicos, são objetivos de um programa de gestão de documentos, que levará à melhoria dos serviços arquivísticos, resgatando, com isso, a função social que os arquivos devem ter, aumentando-lhes a eficácia, garantindo o cumprimento dos direitos de cidadania e sendo, para o próprio Estado, suporte para as decisões político-administrativas (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 7).

4 “[...] instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina os prazos em que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes e intermediários, ou recolhidos aos arquivos permanentes, estabelecendo critérios para microfilmagem e eliminação” (CUNHA; CALVACANTI, 2008, p.353).

A partir desse entendimento, pode-se concluir que há uma preocupação tanto da sociedade quanto do Estado em preservar as informações de domínio público, a fim de que as políticas voltadas para eles possam ser exercidas de forma plena e transparente como explicitadas na Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011).

E, por fim, no âmbito das contribuições para organização do Arquivo em estudo, recomenda-se **intervenções estruturais**, as quais implicam em reformas, aquisição de mobília e materiais de insumos. Devido ao local estar em estado insalubre, tanto para acondicionamento da massa documental quanto para o labor diário, faz-se necessário a realização de algumas intervenções e reformas. Há deficiências na estrutura física, que requer a intervenção de profissionais atuantes na área da construção civil e arquitetura, os quais determinarão quais medidas adequadas serão adotadas após avaliações do local. Quanto ao mobiliário será necessário a aquisição de estantes que possam abrigar as caixas box e, necessariamente, devem seguir um plano de classificação desenvolvido para os documentos do CEBB, que resulte de um intenso processo de estudos da história, estrutura, funções, atividades e dos próprios documentos produzidos pela comunidade escolar. Do mesmo modo, computadores, impressoras, *scanners*, mesas e cadeiras que atendam à necessidade interna do espaço e dos colaboradores, facilitando a execução das atividades técnico-administrativas, e equipamentos de proteção individual (EPI), tais como máscaras, luvas, óculos, aventais, toucas.

3.3 CONSERVAR E PRESERVAR PARA A DISSEMINAÇÃO

As medidas citadas anteriormente visam à preservação do acervo a fim de possibilitar a disseminação da memória escolar e fluidez dos processos em Arquivo, em todas as etapas. Dessa forma, todas as recomendações deverão ser analisadas como sugestões para melhorias, tanto para o Arquivo do CEBB quanto para o ambiente educacional como um todo.

De acordo com Carvalho, em trabalho relevante sobre a disseminação da informação, no que tange ao profissional que atua diretamente no Arquivo e no trato com a documentação, “A disseminação da informação e do conhecimento depende de modo significativo do mediador, do profissional da informação que cada vez mais se destaca na filtragem da informação por intermédio da comunicação formal e informal” (CARVALHO, 2001, p. 6). Dessa forma, pode-se verificar que a possibilidade de mantermos intactas ou vivas a memória social e coletiva presente nos documentos escolares é por meio da preservação e mediação da informação, independente do suporte em que o registro esteja disponibilizado.

Por representar fonte estratégica de informação para a instituição, o local de guarda da memória e do acondicionamento dos arquivos deve apresentar segurança e higienização em suas instalações. É necessário ao Arquivo se adequar, estruturalmente, para a atuação de pessoas, a fim de executarem atividades no local. Portanto, é obrigatório seguir as normas e padrões recomendados pelo MT, para que possa garantir a segurança e integridade dos documentos e das pessoas.

Como proposta que visa conservar para preservar a memória da comunidade escolar, sobretudo, no Arquivo do CEBB, o qual materializou os questionamentos sobre a atenção dada aos Arquivos escolares, em especial como fontes de informação histórica, apresenta-se a seguir, baseada no diagnóstico realizado *in loco* e da literatura especializada sobre gestão documental, as etapas para a realização de ações práticas básicas para gestão, organização e disseminação dos documentos arquivísticos do CEBB:

1. Contratação de um profissional Arquivista;
2. Criação de uma Política Arquivística⁵ (sobretudo para definir aspectos voltados para o uso, acesso e preservação dos documentos produzidos pela comunidade escolar);
3. Identificação do ciclo de vida dos documentos, observando os critérios para eliminação e/ou recolhimento;
4. Ampliar o espaço físico para guarda dos documentos. Conforme apresentado na Figura 1, a falta de espaço inviabiliza o desenvolvimento de atividades no local;
5. Diagnosticar as condições físicas dos documentos escolares;
6. Classificar e avaliar a documentação da escola a partir de um plano de classificação que atenda ao contexto da instituição;
7. Treinamento para funcionários do Arquivo;
8. Mapear o fluxo documental;
9. Definir os procedimentos voltados para o ciclo de vida dos documentos, por exemplo, transferência (transição dos documentos do arquivo corrente para o arquivo intermediário) e recolhimento (procedimento em que os documentos passam de arquivo intermediário para arquivo permanente), conforme legislação vigente⁶;
10. Estabelecer procedimentos de uso e acesso da documentação escolar;
11. Elaborar e implementar um projeto de conservação de documentos físicos;

⁵ Para Vázquez (2015, p. 94. tradução nossa), uma política arquivística “[...] é a política que formula objetivos e propõe os meios adequados para atender aos direitos e necessidades como um todo; das instituições que produzem/recebem os documentos; de atores individuais ou instituições e, por fim, de pesquisadores”.

⁶ Lei n. 8159, de 8 de janeiro de 1991, e Resolução n. 2 do CONARQ, de 1995.

12. Observar as recomendações para digitalização de documentos arquivísticos do CONARQ ao desenvolver ações que visem a preservação para acesso e disseminação desses documentos;
13. Implementar, conforme requisitos mínimos estipulados pelo e-ARQ Brasil⁷, um projeto de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), de forma a garantir “[...] o controle do ciclo de vida dos documentos, desde a produção até a destinação final [...]” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 11); e
14. Cronograma de execução das atividades.

As etapas citadas acima são orientações e sugestões que podem ser aplicadas para que haja melhor adequação às normas e orientações de referências vigentes⁸, não apenas no Arquivo do CEBB, mas, em todos os arquivos escolares distribuídos em território nacional. É importante lembrar que o CONARQ e a Legislação Arquivística estabelecem os preceitos legais, que garantem melhor adequação aos requisitos necessários no que diz respeito ao tratamento documental e aos arquivos. Garantindo a integridade do fundo documental de instituições escolares e, além disso, o diálogo com os documentos que representam a história de uma comunidade, que são manifestações da memória coletiva e, assim, objetos históricos a serem analisados e estudados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão sobre o Arquivo escolar, enquanto fonte histórica de informação, acende a reflexão sobre novas interpretações acerca do documento arquivístico, que incluem a preeminência de um diálogo interdisciplinar que emerge tanto das teorias e técnicas utilizadas para o tratamento, organização, gestão e disseminação destes documentos no âmbito arquivístico quanto nas investigações presentes nas Humanidades sobre possíveis investigações históricas a partir do acesso a estas fontes primárias de informação presentes nos Arquivos, especialmente no contexto escolar, tema tratado nesta pesquisa.

Teve-se como problemática, neste estudo, associar as atividades práticas do profissional arquivista a uma percepção social e cultural presente nos documentos escolares, de forma conjunta e estruturada. Após identificação das principais áreas para intervenção no Arquivo do

⁷ O e-ARQ Brasil “É uma especificação de requisitos a serem cumpridos pela organização produtora/recebadora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos, a fim de garantir sua confiabilidade e autenticidade, assim como sua acessibilidade” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 9).

⁸ Como exemplo de tais documentos normativos, cita-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) (2006) para arranjo e guarda de documentos permanentes; as ISO-15489 (parte 1 e 2) - *Australian standard records management* (2002) para gestão de documentos e a Resolução do CONARQ n. 14, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a classificação de documentos de arquivo no âmbito da administração pública (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011).

CEBB (adequação de normas regulamentadoras, recursos humanos, avaliação documental, intervenções estruturais), viu-se problemas relacionados à conservação e ao espaço físico onde estão armazenados os documentos, podendo-se verificar a ausência de um sistema de gestão arquivística de documentos que atenda às necessidades básicas para procedimentos e operações técnicas que possibilitem a produção, tramitação, uso, avaliação, acesso e uso dos documentos.

Importante considerar que um Arquivo organizado visa permitir, quando necessário, que o documento seja consultado facilmente, possibilitando a disseminação do conteúdo que o integra. Por isso, ressalta-se que a organização do Arquivo deve ser baseada em documentos normativos que disponham sobre a gestão documental, amparada pelo CONARQ, conforme prevê a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que subsidia órgãos e instituições a realizarem tratativas em seus documentos.

A importância da atuação do Arquivista no contexto do Arquivo escolar, que envolve a coordenação e execução de atividades que viabilizem o ciclo de vida dos documentos (produção, tramitação, uso, avaliação, arquivamento e destinação) é também uma questão relevante para a organização da vida social e registro da memória.

Em virtude dos dados levantados para a composição do trabalho, pode-se concluir que, o Colégio Estadual Barros Barreto, hoje (2021), representa um campo de atuação com inúmeras possibilidades, trazendo à tona várias abordagens reforçadas pelas afirmações, estudos e contribuições dos autores citados neste processo construtivo, afirmando a ideia principal destas autoras sobre a caracterização de Arquivos escolares como fontes de informação histórica.

Em relação ao breve diagnóstico realizado no Arquivo do CEBB, faz-se necessária uma ação que vise adequar o Colégio para abrigar uma gestão documental que possibilite a inclusão de todas as etapas de organização de um Arquivo. Inicialmente, a reforma estrutural, a qual depende de recursos públicos, iria tornar o local adequado para execução do tratamento dos documentos. Todas as etapas, logicamente, deverão estar de acordo com as exigências específicas, que visem à saúde e segurança no trabalho, no que diz respeito à utilização de equipamentos e mobiliários apropriados. Essas medidas, além dos demais procedimentos arquivísticos destacados neste estudo, são necessárias para subsidiar a preservação do acervo e garantir a possibilidade de disseminação da memória desta comunidade escolar. Inclusive, salienta-se que as recomendações aqui delineadas foram enviadas à unidade escolar.

Para isso, é imprescindível que haja capacitação do quadro funcional e readequação do CEBB à realidade de um Arquivo, no que diz respeito, sobretudo, às etapas que correspondem às funções arquivísticas (produção, avaliação, classificação, descrição, difusão, preservação e

aquisição). Desse modo, a Arquivologia encontrará espaço para atuação em conjunto com outras áreas do conhecimento, tais como Administração, Pedagogia, História, entre outras.

Espera-se que esse trabalho traga um olhar mais delicado para os arquivos escolares e a necessidade de salvaguarda da memória da comunidade local. O que seria uma troca justa entre os profissionais envolvidos nessas ações e o CEBB, no que tange à emancipação e ao desenvolvimento do arquivo e à sua preservação. Além disso, o estudo de caso ilustrado para discussão do tema em foco amplia possibilidades para continuação desta pesquisa a partir do caráter arqueológico dos Arquivos escolares para recontar histórias dos bairros onde estão localizados. Conclui-se que um passo dado em busca de algo novo ou mudanças significativas no cenário atual do Arquivo Escolar do Colégio Barros Barreto ainda é melhor do que temer as mudanças ou se manter parado até que algo aconteça.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo**: relativos às atividades-meio da administração pública/ Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo_de_classificacao.pdf . Acesso em: 26 nov. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BARROS, J. D'A. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- BELLOTTO, H. L. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. **Cadernos BAD (Portugal)**, n. 2, 1989. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/140004>. Acesso em: 18 out. 2021.
- BENCOSTTA, M. L. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 369-411, 2011.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Coordenação de Estudos Legislativos. **Portaria n. 3.214, de 08 de junho de 1978**. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR -do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Brasília, 1978. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9CFA236F73433A3A A30822052EF011F8.proposicoesWebExterno1?codteor=309173&filename=LegislacaoCitada+INC+5298/2005 . Acesso em: 26 nov. 2020.
- BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 de janeiro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm . Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011, seção 1, Edição Extra, p.5.

CARDOSO, T. M. M.; OLIVEIRA, C. M. C. A. Potencialidades de um arquivo escolar: o caso do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. **RIDPHE_R: Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 3, n. 2, p. 289-302, 2017.

CARVALHO, K. Disseminação da informação e informação de inteligência organizacional. **DataGramZero**, v. 2, n. 3, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5108>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CASSARES, N.C.; MOI, C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

COLÉGIO ESTADUAL BARROS BARRETO (Salvador-BA). **Projeto Político Pedagógico**. [Direção - Rui Cesar Cerqueira da Silva e Coordenação pedagógica - Cristina Edite de Jesus]. Salvador, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CUNHA, M. B. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

GERRING, J. **Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas**. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

LEITÃO, B. J. M. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária: grupos de foco**. Rio de Janeiro/Niterói: Interciência, 2005.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MENEZES, M. C.; SILVA, E. C. L.; TEIXEIRA JÚNIOR, O. O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história. **Revista Horizontes**, v. 23, n. 1, p. 67-76, 2005. Disponível em: [http://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portaUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_03/uploadAddress/horizontes-8\[6257\].pdf](http://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portaUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_03/uploadAddress/horizontes-8[6257].pdf). Acesso em: 10 dez. 2020.

MERLO, F.; KONRAD, G. V. R. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & informação**, v. 20, n. 1, p. 26-42, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2015v20n1p26>. Acesso em: 25 jan. 2021.

MOGARRO, M. J. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 103–116, 2005.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643757>. Acesso em: 27 jan. 2021.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

PEREIRA, M. A. F. Uma abordagem da história das instituições educacionais: a importância do arquivo escolar. **Educação Unisinos**, v. 11, n. 2, p. 85-90, mai/ago., 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5696/2897>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SÁ, C. P. de. Entre a história e a memória, o estudo psicossocial das memórias históricas. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 260-274, jun. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742015000200260&script=sci_arttext. Acesso em: 18 out. 2021.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SILVA, S. C. de A. A formação em arquivologia: o conhecimento desafiando estudantes e professores. **Arquivistica.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.22-33, jan./jun., 2006. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000007393&dd1=cca13>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

SOMMER, J.; KARAWEJCZYK, M. “Conservar para não restaurar”: noções práticas da Educação para o Patrimônio com Ênfase no Suporte em Papel Através do Relato de um Curso Ministrado na Lapa-PR. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11., 2012. **Anais eletrônicos...**Rio Grande, 23 a 27 de julho de 2012. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346275075_ARQUIVO_TextoAnphu2012semresumo.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

VALENTIM, M. L. P. Gestão documental em ambientes empresariais. *In*: VALENTIM, M. L. P. (Org). **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 11-25.

VÁZQUEZ, M. Hacia una política archivística. *In*: ANDRADE, A. C. N. (Org). **Archivos y documentos: textos seminales**: São Paulo: ARQ-SP, 2015. p. 94-113.

NOTAS DE AUTORIA

Leidiane Rodrigues de Oliveira

Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia(2021) e curso técnico profissionalizante em Técnico em Segurança do Trabalho pelo Fundação Baiana de engenharia(2015).

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/1014402123344809>

Bruna Lessa

Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Biblioteconomia e Documentação também pela Universidade Federal da Bahia. Especialização em Educação à Distância (Fundação Visconde de Cairu/Bahia). Especialização em Humanidades Digitais (Universidade de Ciências Empresariais e Sociais - Buenos Aires/AR). Professora Adjunta do Departamento de Documentação e Informação, do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia. Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Membro da equipe editorial das Revistas Científicas *Logeion: filosofia da informação*, *Asklepion: Informação em Saúde (IBICT)*, e *P2P & Inovação (IBICT)*. Coordenadora do Projeto de Extensão Sala Aberta. É pesquisadora nos Grupos de Pesquisa (CNPq) *Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes: Acesso e uso da Informação na Sociedade (DIFUSAS/UFBA)*; *Comunicação, Redes, Políticas de Informação (UFRJ)*, *Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (IBICT)*, e *Modelagem Conceitual Para Organização E Representação Da Informação Hipertextual - (MHTX/UFMG)*.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/4775068257764378>